

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL SOBRE O TRABALHO NO ÂMBITO DA AGROINDÚSTRIA CANAVIEIRA

José Roberto Nunes de Azevedo

Doutorando em Geografia pela FCT/UNESP/Presidente Prudente.

Bolsista FAPESP

azevedogeo@hotmail.com

RESUMO

O objetivo do trabalho é apresentar algumas considerações sobre o processo de expansão do capital canavieiro no Brasil, com destaque para Mato Grosso do Sul, tendo em vista o processo crescente de desenvolvimento das forças produtivas, na qual ocorre o desenvolvimento das técnicas, o aperfeiçoamento produtivo, alicerçado, pois, na intensa subordinação do trabalho ao capital, sendo que o reflexo disto é a concentração e centralização de capitais, que tende a acentuar o caráter de subjugação do Brasil na atual divisão internacional do trabalho, na medida em que apesar de industrializado não alcançou a independência econômica e política das nações imperialistas, estando circunscrito aos seus tentáculos. Para o desenvolvimento do trabalho utilizamos dados e informações coletadas em trabalhos de campo, entrevistas, bem como, ampla revisão bibliográfica.

PALAVRAS CHAVES: Agroindústria, Capitalismo, Técnica, Tecnologia, Trabalho.

SOME CONSIDERATIONS ON THE PROCESS DOMINAÇÃO OF CAPITAL ON THE WORK UNDER THE AGROINDUSTRY CANAVIEIRA

ABSTRACT

The objective is to present some thoughts on the process of expansion of capital canavieiro in Brazil, with emphasis on Mato Grosso do Sul, in view of the growing process of development of productive forces, which is the development of techniques, better production building because, in the subordination of labor intensive to capital, and the reflection of this is the concentration and centralization of capital, which tends to accentuate the character of the subjugation of Brazil in the current international division of labor, in that despite industrialized not reached the economic and political independence of nations imperialists, being confined to its tentacles. To develop the work we use data and information collected in the field, interviews, as well as extensive literature review.

KEY-WORDS: Agroindustry - Capitalism-Technical-Technology-Work.

INTRODUÇÃO

Amparados na teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky e tendo em vista a lógica das contradições econômicas e sociais que atingem os países subdesenvolvidos (LOWY, 2005), observamos que o desenvolvimento do capitalismo não se faz linearmente, através de uma escala evolucionista, mas no âmbito da “dialética do desenvolvimento histórico” que neste contexto, nos permite refletir sobre a expansão do capital e suas relações de dominação, exploração e concentração na economia destes países, tal como podemos averiguar mediante o exemplo do Brasil.

Podemos observar que a formação econômica nacional se estruturou a partir de relações de dependência com o exterior que por sua vez somente tardiamente conseguiram se reestruturar

sem, contudo se refazer de forma autônoma². Daí termos em setores do agronegócio atualmente relações de produção e de trabalho marcados pela ação de grupos estrangeiros e nacionais fortemente estruturados que buscam a extração de riquezas com vistas à acumulação de capitais.

Devemos ressaltar que a expansão do capitalismo como modo de produção dominante tornou-se um ponto chave para situação atual, sendo que, o processo de expropriação é uma das suas conseqüências principais na medida em que se territorializa e avança sobre as formações nacionais, sobretudo, aquelas duramente atingidas pelo imperialismo europeu, como o Brasil, em que tivemos um verdadeiro processo de cerceamento das potencialidades econômicas durante séculos, impedindo a ocorrência da industrialização³, por exemplo, o que implicou na dependência direta de produtos do exterior.

Conforme Dobb (1965), o capitalismo que teve seu desenvolvimento marcadamente nos séculos XVI e XVII caracterizou-se como um trampolim para a emergência de potências de um lado e países frágeis e dependentes de outro, os quais foram subjugados pela corrida pelo poder das nações imperialistas tendo em vista a acumulação primitiva de capitais que no caso particular da Inglaterra ocorreu em detrimento da desterreação de camponeses forçando, então, o cercamento das terras, para alavancar a industrialização, a qual se faria através das revoluções indústrias⁴.

De acordo com Niveau (1969), estas não teriam ocorrido sem a denominada revolução agrícola que a precedeu, na medida em que trata-se de uma das condições para industrialização, o que nos permite considerar a relação dialética existente entre natureza e indústria ou entre homem e natureza no processo de desenvolvimento do próprio capitalismo.

ALGUNS CONDICIONANTES DO PROCESSO DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL

A indústria é uma figura central no capitalismo na medida em que passa a ser símbolo de poder e dominação, e fundamentalmente, permite ao capital apropriar-se do tempo e fazê-lo seu aliado no processo de produção de mercadorias. Assim, desenvolve o maquinário, busca-se a eficiência, tendo em vista a produção em larga escala, através de uma produtividade que se pauta em níveis elevados e crescentes, a qual conforme Braverman (1987, p. 178), “[...] é inerente a cada empresa capitalista, em virtude do seu propósito como organização para expansão do capital”. Para Braverman (1987, p.194), as máquinas se consideradas em seu aspecto físico “nada mais são que instrumentos desenvolvidos de produção pelos quais a humanidade aumenta a eficácia de seu trabalho”.

Conforme Dobb (1965, p. 32):

[...] a revolução industrial representou uma transição de um estágio inicial e ainda imaturo do capitalismo, onde o modo de produção pré-capitalista e mesquinho fora penetrado pela influência do capital, subordinado ao mesmo, despido de sua independência como forma econômica, mas ainda não inteiramente transformado, para um estágio onde o capitalismo, na base da transformação técnica, atingira o seu propósito específico de produção apoiado na unidade de produção em larga escala e coletiva de fábrica, assim efetuando um divórcio final do produtor quanto à participação de que ainda dispunha nos meios de produção e estabelecendo uma relação simples e direta entre capitalista e assalariados.

Segundo Weil (1979, p. 111/12) “[...] muitas vezes se fala da revolução industrial para designar

² Segundo Rangel (2005), no decorrer da história econômica do Brasil não tivemos o domínio e/ou hegemonia de um único sujeito político, isto é a classe social, afinal em cada dualidade tivemos o poder exercido por uma classe que por sua vez passou da anterior dualidade e por outra que passa a ter acesso ao poder pela primeira vez, a qual surge como dissidência da classe hegemônica anterior. Logo vimos que a dinâmica econômica não é constituída por um todo hegemônico. Por outro lado, percebemos que os acontecimentos de cunho mundial refletem no âmbito nacional de forma que as “forças endógenas das colônias não são subjugadas pelas injunções externas” (PEREIRA: 1998), sendo que a dinâmica histórica brasileira ajusta-se as questões tanto no campo das relações externas de produção como nas relações internas.

³ Conforme destaca Rangel (2005), a nossa industrialização não ocorreu através do D1 da economia, mas do D2 mediante a substituição de importações.

⁴ Segundo Moreira (1998, p.116), “cada tempo da história é marcado por um período técnico ao qual corresponde um período de formas de organização e gestão do trabalho”.

exatamente a transformação que se produziu na indústria quando a ciência se voltou para a produção e apareceu a grande indústria. Mas pode-se dizer que houve uma segunda revolução industrial a qual segundo o autor “se define pela utilização científica da matéria viva, isto é, dos homens”. Neste sentido, segundo Weil (1979, p. 113) “[...] a classe operária sofre por estar sujeita à vontade arbitrária dos quadros dirigentes da sociedade, que lhe impõe fora da fábrica, seu padrão de existência e, dentro da fábrica, suas condições de trabalho”.

Vale ressaltar que o desenvolvimento da indústria e das máquinas por ela desenvolvidas não foi linear no decorrer da história, passando, pois, por constantes transformações no decorrer do tempo, o que implica em dizer que as mesmas foram projetadas para fins específicos que posteriormente, diante das novas necessidades do capital vieram a ser aperfeiçoadas. Não poucas vezes, isto implicou em sua inovação conforme a necessidade de ampliar a produção e a extração da mais valia dos trabalhadores, fazendo com que as máquinas passassem de simples ferramentas auxiliares do homem para verdadeiras protagonistas do processo de produção, ou seja, colocou o homem como apêndice da máquina.

A indústria está consubstanciada no progresso técnico que visa a melhoria constante da qualidade do produto tendo em vista sua inserção no mercado e conseqüente destaque no âmbito da concorrência entre empresas⁵ e fundamentalmente, no caso da agroindústria canavieira, de redução de custos o que, permite maior lucro para empresa.

Segundo Braverman (1987 p. 138), “[...] a técnica desenvolveu-se antes e como um requisito prévio para a ciência”, contudo vale destacar que embora “a elevação do nível tecnológico das atividades rurais parece reunir todos os fios da meada” é necessário ver que “[...] a técnica é um meio, e não um fim em si própria; e por isso só vale em função do fim a que se destina e dos problemas concretos que com ela se objetiva resolver”, logo, o “[...] progresso tecnológico não significa necessariamente uma melhoria de condições do trabalhador” (PRADO Jr.:1979, p. 27).

Neste sentido “o desenvolvimento da tecnologia assume a forma de uma arremetida impetuosa na qual os efeitos sociais são amplamente desconsiderados, as prioridades são fixadas apenas pelo critério da lucratividade” (*Ibidem*). Desta forma, se atentarmos para mecanização do corte da cana-de-açúcar teremos uma condição fundamental para conseguir ampliar a rentabilidade do patrão que vê o trabalhador forçosamente buscar a meta de produção diária para não ser “mandado embora” na competição desigual com as máquinas, as quais são capazes de substituir neste setor em torno de 80 a 100 homens. De outro lado, do trabalhador é reduzido o tempo de vida útil que passa a ser inferior ao dos antigos escravos, com a diferença que a estes era garantido a subsistência.

Na agroindústria canavieira temos assistido ao crescimento significativo de colhedoras e plantadeiras de cana-de-açúcar motivado pela expansão da gramínea⁶, bem como pelas imposições do meio ambiente, mediante as normativas estabelecidas, isto é, das leis que restringem, por exemplo, as queimadas.

Conforme Carvalho⁷ (2007), do ponto de vista dos usineiros alguns problemas devem ser enfrentados para solucionar o fim das queimadas, entre eles destaca: a) As usinas de máquinas não estão preparadas para atender a esse aumento de demanda; b) Nem todas as variedades são próprias para a colheita mecanizada; c) Pequena perda de produtividade, uma vez que a colheita mecânica faz com que entre 5 e 10 centímetros de cana fiquem na lavoura. De forma geral, é necessário considerar a ocorrência no campo brasileiro da crescente utilização das máquinas principalmente a partir da segunda metade do século XX em atividades variadas que anteriormente eram desempenhadas fundamentalmente pelos

⁵ Este aspecto é particularmente interessante no contexto da etapa de aprofundamento da internacionalização do capital na medida em que é possível perceber amparados em Coutinho (1992, p.84), a “formação de alianças tecnológicas “entre duas ou mais empresas concorrentes, através de acordos de cooperação, projetos conjuntos, consórcios de pesquisa, *joint- ventures* etc”. Como exemplo, na agroindústria canavieira queremos destacar a tecnologia dos “combustíveis flexíveis”, que foi desenvolvida pela Bosch e pela Magneti Marelli, as quais são fabricantes de injeção eletrônica em parceria com as montadoras.

⁶ Sobre este aspecto ver matéria publicada no *JornalCana* de julho de 2007 intitulada “ Vendas de máquinas continuam em alta”, p. 66.

⁷ Trata-se de Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA) em evento promovido pelo capital canavieiro em São Paulo. Para mais detalhes ver: “Usinas terão desafios para acabar com as queimadas, diz Unica”, publicado em 04/06/2007 pela FolhaOnline.

trabalhadores de forma manual sem o incremento de maquinaria no processo de produção. Assim, se considerarmos o setor agropecuário como um todo, temos a seguinte configuração no que tange as vendas de máquinas no país (Quadro 1), a partir da década de 1960, para compreendermos a penetração das máquinas no cenário agrícola brasileiro.

Conforme se apreende a partir do Quadro 1, temos na década de 1960 uma crescente ampliação nas vendas internas de máquinas agrícolas, o que é evidente principalmente nas décadas de 1970 e 1980, quando ocorre o maior volume de negócios, sendo o ano de 1976, o que alcançou o maior número de unidades vendidas. Enquanto isso, nos últimos anos verifica-se uma tendência a queda destes, o que não vale, contudo, para todos os setores agrícolas, como por exemplo, no que tange ao setor canavieiro.

Quadro 1

Vendas internas de máquinas agrícolas automotrizes (unidades)

ANO	CULTIVADORES MOTORIZADOS	TRATORES DE RODAS	TRATORES DE ESTEIRAS	COLHEITADEIRAS	RETRO-ESCAVADEIRAS	TOTAL
2006	1.857	20.141	300	1.030	2.050	25.378
2005	2.141	17.729	408	1.534	1.410	23.222
2004	1.682	28.636	526	5.598	1.174	37.616
2003	1.585	29.405	449	5.434	1.045	37.918
2002	1.050	33.186	543	5.616	2.079	42.474
2001	856	28.090	490	4.054	1.762	35.252
2000	722	24.291	583	3.628	1.312	30.536
1999	629	18.788	582	2.850	1.194	24.043
1998	587	18.158	764	2.406	2.242	24.157
1997	707	15.731	777	1.662	2.152	21.029
1996	714	10.291	500	899	1.489	13.893
1995	1.210	17.584	1.155	1.423	1.334	22.706
1994	1.308	38.491	1.180	4.049	1.428	46.456
1993	1.096	21.396	908	2.735	1.272	27.407
1992	1.570	11.727	532	2.004	1.011	16.844
1991	1.983	13.495	589	1.718	1.159	18.944
1990	1.911	21.241	1.140	2.350	1.562	28.204
1989	2.617	26.310	1.493	3.942	1.527	35.889
1988	1.854	29.921	1.360	4.753	1.596	39.484
1987	3.593	38.815	2.010	5.747	2.022	52.187
1986	6.558	45.297	2.245	6.544	2.146	62.790
1985	3.139	40.736	1.600	5.775	1.215	52.465
1984	2.566	41.645	1.198	5.469	825	51.703
1983	2.996	22.546	877	3.512	569	30.500
1982	5.157	24.615	1.503	3.285	618	35.178
1981	4.724	27.949	2.393	4.522	837	40.425
1980	6.225	50.195	3.753	5.410	2.070	67.653
1979	6.165	48.963	3.140	5.087	1.885	65.240
1978	5.251	41.017	2.570	3.457	1.627	53.922
1977	5.152	47.815	3.251	5.127	1.518	62.863
1976	5.537	62.700	4.719	5.315	1.944	80.215
1975	5.378	57.101	3.615	-	1.478	67.572
1974	5.147	45.226	2.373	-	1.309	54.055
1973	3.543	38.918	1.869	-	980	45.310
1972	2.619	29.254	1.419	-	650	33.942
1971	2.215	21.947	807	-	270	25.239
1970	2.241	14.586	24	-	154	17.005
1969	2.081	9.977	54	-	5	12.117
1968	2.535	9.376	104	-	-	12.015
1967	1.971	6.506	72	-	-	8.549
1966	3.120	9.543	-	-	-	12.663
1965	2.403	8.401	-	-	-	10.804
1964	1.765	11.535	-	-	-	13.300
1963	1.110	9.908	-	-	-	11.018
1962	1.240	7.586	-	-	-	8.826
1961	751	1.679	-	-	-	2.430
1960	-	37	-	-	-	37

FONTE: ANFAVEA (2007)⁸. ORG.: AZEVEDO, J. R. N. de (2007).

⁸ Vale ressaltar que a partir de 1994 as vendas internas correspondem a produtos nacionais e importados.

Esta situação está diretamente ligada a necessidade de aumento da produtividade e especialmente de controle dos trabalhadores na medida em que os mesmos são encurralados frente ao poder simbólico das máquinas as quais são vistas como ameaças ao trabalhador que depende daquela atividade para se reproduzir. Logo uma questão central pode ser dimensionada no processo de racionalização a qual deve ser entendida no âmbito da apropriação da ciência a serviço do capital conforme fica claro em Braverman (1987).

Para Weil (1979, p.111), “[...] no começo a ciência era apenas o estudo das leis da natureza. Depois, interveio na produção com a invenção e aperfeiçoamento das máquinas e com as descobertas de processos que permitiam utilizar as forças da natureza” sendo que atualmente “pensou-se em aplicar a ciência não mais apenas na utilização das forças da natureza, mas no emprego da força humana de trabalho”.

Neste contexto, segundo Dobb (1965, p.29), o “[...] crescimento da indústria, que acarreta a invenção de novos e variados instrumentos de produção, produzirá novas classes e, por criar problemas econômicos novos, requererá formas novas de apropriação do trabalho excedente em benefício dos donos dos novos instrumentos de produção”. Portanto, a partir das necessidades dos capitalistas é vislumbrado o aprimoramento das ferramentas de trabalho e das máquinas no decorrer do tempo.

No Brasil em particular, no contexto da atividade canavieira teve destaque no que tange a constituição da agroindústria canavieira o grupo Dedini⁹ que se estabeleceu a partir de oficina mecânica, fato este que não pode ser observado de forma isolada, mas no contexto da “necessidade da manutenção de equipamentos industriais importados” (MAMIGONIAN: 1976, p.17), os quais tornavam-se custosos e pouco interessantes para o capital, principalmente num momento em que o Estado de São Paulo começava a se destacar e precisava ganhar o mercado nacional, sendo que no caso Dedini esta além de consertar usinas “tornou-se fabricante de usinas completas [...]” (*Ibidem*), fato este que a coloca como a maior fornecedora de plantas e equipamentos do Brasil para o setor canavieiro, sendo que sobre este aspecto é necessário destacarmos que conforme a própria empresa que “nas suas diversas áreas de atuação, a Dedini tanto introduziu no mercado inovações e novos produtos, quanto teve a oportunidade de registrar inúmeras vendas de equipamentos e instalações que apresentou ao mercado” tendo em vista o “desenvolvimento tecnológico do país”¹⁰.

É possível perceber através desta menção que aliado à oportunidade de investimentos no país a referida empresa buscou aperfeiçoar-se tecnologicamente para garantir maior eficiência o que de fato é uma característica dos grupos econômicos ligados nas demandas do mercado, sobretudo quando considera-se um dos setores da economia mais poderosos como do agronegócio canavieiro¹¹.

Mais adiante, Dobb (1965) acrescenta que “[...] tais linhas incluem não apenas modificações na técnica e o aparecimento de novos instrumentos de produção, que aumentaram grandemente a produtividade do trabalho, mas uma crescente divisão do trabalho” assim como “uma crescente separação do produtor quanto a terra e aos meios de produção e seu aparecimento como proletário” (*Ibidem*).

Conforme destaca Santos (1994, p. 16), “[...] as perturbações que caracterizam essa fase da história humana decorrem em grande parte dos extraordinários progressos no domínio das ciências e das técnicas”. Para o autor ocorre uma “verdadeira interdependência entre a ciência e a técnica sendo que o “trabalho científico foi colocado a serviço da produção” (p. 17). Logo, neste contexto espacial, verificamos crescentes inovações técnicas em vários segmentos da

⁹ Queremos destacar que a exemplo do citado grupo, cuja origem é estrangeira, mais precisamente, italiana, que existe uma intrínseca relação entre o desenvolvimento industrial no Brasil, sobretudo, em São Paulo e a origem étnica dos dirigentes das empresas territorializadas neste estado conforme destaca Pereira (1973, p. 59), segundo o qual é predominante o número de dirigentes/empresários estrangeiros, fato este que estaria associado a “falta de atração exercida pelas carreiras no mundo dos negócios para os jovens originários de famílias brasileiras, e a falta de capacidade técnica dos mesmos”.

¹⁰ Conforme *site* da Dedini acessado em 24 de novembro de 2007.

¹¹ Vale ressaltar conforme dados do *JornalCana* que recentemente foi anunciado a fabricação de dez unidades produtivas de açúcar e álcool pela empresa via participação de estrangeiros na referida empreitada, o que demonstra o jogo de interesses neste ramo produtivo no Brasil, que se conforma a partir do menor custo de produção do mundo e as custas de sangue e suor de milhares de trabalhadores.

produção, tais como: automação, monitoramento por satélite, novos produtos, melhoramento genético, etc.

Assim, segundo Santos (1994), a ciência estaria cooptada por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, tendo por fim o atendimento dos produtores hegemônicos.

Ainda de acordo com Santos (2002), a união entre técnica e ciência iniciou-se no século XVIII, sendo que o sistema técnico atual é produto da evolução do conhecimento tecnocientífico.

Em se tratando do modo de produção capitalista, é interessante lembrar ainda que o desenvolvimento dos meios técnicos aparece como fator preponderante na qualificação das relações sociais, uma vez que a classe trabalhadora se vê dependente do capital para garantir a sua sobrevivência e, de forma particular, a solução para os seus problemas, os quais não se fazem apenas mediante a exploração da mão de obra, mas também da captura da sua subjetividade¹² que de acordo com Thomaz (2004), é um pré-requisito para o efetivo exercício do controle social.

Neste sentido, é interessante refletir sobre o apontamento feito pelo trabalhador da usina Safi Brasil Energia, localizada em Nova Alvorada do Sul em setembro de 2007, que destacou “as máquinas vão tomar o nosso lugar, eu penso o que vai ser da gente, porque a cana da muito emprego mais se for mecanizar mesmo conforme está falando na televisão direto, a coisa vai ficar feia”.

Conforme podemos apreender neste breve relato colhido em viagem a Campo Grande/MS, na concepção do trabalhador à máquina vem para tomar o seu emprego sendo, portanto visto como algo negativo. Ao mesmo tempo, existe a concepção que o “trabalho na cana” é a única alternativa de trabalho, o que de fato configura-se como uma ideologia a qual é comungada pela esmagadora maioria dos trabalhadores/trabalhadoras com os quais tivemos a oportunidade de conversar a respeito da seara canavieira.

Para Kautsky (1968, p.59) “Uma máquina que reduza o mais possível o gasto de tempo tem aqui o mais alto valor” sendo que:

[...] a economia de trabalho e de tempo torna o agricultor mais independente dos seus operários, que já não são indispensáveis como no caso da colheita, quando por conseguinte apresentam as suas mais altas reivindicações de salários, dispondo-se à greve muito freqüentemente.

Nesta passagem podemos perceber que desde os séculos precedentes ao nosso teve-se a preocupação com o controle dos trabalhadores, o que é feito mediante pressão dos empresários que sinalizam para mecanização do processo produtivo na agricultura, a exemplo do que acontece na atividade canavieira no país. Desta forma o processo de mecanização é uma forma de resolver o problema da mão-de-obra sendo que para os representantes de fabricantes e fornecedores de máquinas “a mecanização, com a evolução tecnológica, esta proporcionando uma excelente relação custo – benefício devido ao trabalho cada vez mais ágil e eficiente dos equipamentos” (*Ibdem*).

De acordo ainda com Kautsky (1968, p. 56), “[...] sob o regime da produção capitalista, a máquina não tem por função realizar economias da força de trabalho, mas de salário” sendo que, “quanto mais baixos os salários, tanto mais difícil a introdução de máquinas”.

Esta situação vale para os dias atuais ao passo que “a economia de força de trabalho não é o único objetivo das máquinas” (KAUTSKY: 1968 p.58), conforme ressaltamos a pouco, existe um rígido controle social imposto pela mecanização do território, logo, podemos nos remeter o interessante artigo de Moraes (2004¹³), na qual aponta a partir de um pronunciamento de trabalhadora do corte de cana-de-açúcar “se eu pudesse quebraria todas as máquinas”, na qual descarrega toda sua indignação com a situação colocada para os milhares de trabalhadores deste ramo produtivo, sobretudo, neste caso, na região de Ribeirão Preto, São Paulo, fazendo nos lembrar do movimento ludista que atribuía as máquinas durante a

¹² Para mais detalhes consultar Antunes (1999).

¹³ O presente texto se encontra no livro: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M.(orgs.) **O avesso do trabalho**: São Paulo: Expressão Popular. 2004.

revolução industrial a sua desgraça social, ou seja, o alto índice de desemprego, a carga horária de trabalho extenuante¹⁴, etc.

No Mato Grosso do Sul, particularmente, este aspecto é menos destacado uma vez que a atividade canavieira ainda não possui a mesma envergadura que outras áreas produtoras do país, entretanto, não deixam de comparecer no discurso dos usineiros e de seus representantes, sejam eles os que já estão territorializados em Mato Grosso do Sul, seja os que estão em vias de instalação no mesmo estado. Contudo, nos parece que existe certa resistência em relação à efetivação desta tarefa, pois existe maior dificuldade em introduzir as máquinas conforme o padrão salarial se apresenta mais ou menos elevado, afinal entendemos que é pouco expressivo em Mato Grosso do Sul.

Esse cenário, portanto, deve ser observado tendo em vista o emprego de técnicas que permitiram o aprimoramento das relações de produção pelas empresas agroindustriais canavieiras e fundamentalmente, através dos mecanismos coercitivos destas mesmas, as quais impõem sobre a classe trabalhadora um “fardo” de obrigações para se obter o mínimo necessário para obtenção de um salário capaz de responder pelas necessidades imediatas do trabalhador e sua família, os quais vistos no contexto histórico marcado pelas transformações permitem-nos apreender que os trabalhadores ao se emanciparem “[...] só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os seus meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam a sua existência” (MARX: 1987, p. 830).

Assim, se por um lado o setor é importante do ponto de vista da economia, sobretudo para a geração de renda e empregos para os trabalhadores, por outro lado, representa a personificação de práticas descumpridoras de acordos trabalhistas e da legislação em vigor, tais como os expedientes que consomem os casos de super-exploração do trabalho, formas assemelhadas de trabalho degradante e escravo, a utilização de mão-de-obra indígena na atividade canavieira em usinas de Mato Grosso do Sul. Ou mesmo quando atentamos para as carvoarias espalhadas pelo referido estado, as quais, conforme diversas entidades apontam¹⁵, são pontos centrais de exploração do trabalho.

Neste sentido, poderíamos sintetizar assumindo, que num dos setores considerados mais modernos do agronegócio no Brasil são usuais as formas de dominação do capital sobre o trabalho, as quais repercutem diretamente na precarização das relações de trabalho, sendo que apresenta ligações interessantes com as inovações em curso nas economias capitalistas, dentre as quais temos a revolução nos processos de trabalho que segundo Coutinho (1992, p.74), caracteriza a crescente flexibilização na produção, situação esta que impõe “[...] a participação direta da força de trabalho fabril na condução do processo”, ou seja, busca-se “níveis médios muito mais elevados de qualificação, com ênfase na capacidade de interagir e lidar, proficientemente, com equipamentos digitalizados, controles e, principalmente, computadores [...]” (p. 75), ao mesmo tempo em que é colocado ao trabalhador a necessidade de maior intensidade do trabalho para alcance de “metas” como podemos perceber nas agroindústrias canavieira¹⁶.

Isto nos coloca diante de importantes questões de fundo social, econômico e geográfico. Podemos destacar, por um lado, alguns aspectos da atividade canavieira que têm revelado rebatimentos diretos para o trabalho nos últimos anos: 1) queda do número de trabalhadores, sobretudo nas atividades de campo particularmente no corte devido à

¹⁴ Sobre este aspecto é interessante notar que o citado movimento operário teve repercussões não apenas na Inglaterra como também na Bélgica, Suíça, etc. e representou a relutância ao desenvolvimento tecnológico/industrial ao passo que ocorreria a passos largos um processo de substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, o que representa a imposição de novas condições para classe trabalhadora. Para maiores esclarecimentos sobre o assunto é interessante consultar: HOBBSAWM, E. Os destruidores de máquinas. In.: **Os trabalhadores: Estudos sobre a história do operariado**. Tradução de Marina Leão Teixeira Viriato de Medeiros. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

¹⁵ Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's), Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul (FUNTRAB), etc.

¹⁶ É possível apreendermos neste contexto, em especial na agroindústria canavieira, métodos de trabalho que não se baseiam somente no fordismo/taylorismo, mas também, de forma crescente, em formas produtivas alicerçadas nos princípios do Toyotismo, sobretudo nas agroindústrias modernas, o que não significa a inexistência de exploração do trabalho. Para maiores detalhes sobre os referidos métodos de trabalho ver Harvey (1992).

mecanização e em menor proporção no plantio, pelo mesmo motivo; 2) exclusão de importante parcela dos fornecedores em virtude da adoção na lógica de acumulação que deixa de ser extensiva para ser intensiva; 3) intensificação automação no controle de processos industriais; 4) crescente terceirização de serviços e admissão de trabalhadores por meio de empresas subsidiárias, “gatos” e agentes vinculados às empresas; 5) processos de racionalização e automação do trabalho, culminando na substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, etc.

No plano internacional é flagrante a importância que o Brasil assume em relação à produção canavieira, ao passo que o país é o maior produtor mundial da matéria-prima e, conseqüentemente, o mais expressivo exportador de açúcar e de álcool, mediante o consorciamento de alta tecnologia e formas renovadas de controle e gestão do processo de trabalho à base de práticas regressivas para garantir os ganhos de produtividade¹⁷, e as demais vantagens comparativas como baixos salários, descumprimento abusivo da legislação trabalhista e ambiental, inexistência de controle eficiente por parte dos órgãos públicos, etc.

Assim, é necessário considerar que, segundo dados da União das Agroindústrias Canavieiras (UNICA), o agronegócio sucroalcooleiro movimenta cerca de R\$ 50 bilhões de reais por ano, o que corresponde a aproximadamente 1,5% do PIB nacional. Sendo responsável ainda pela geração de 3,6 milhões de empregos diretos e indiretos, além de congregar em torno de 72 mil agricultores em todo o país.

Neste contexto, o Brasil é hoje o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, açúcar e álcool. Contudo, para tal cenário deve-se considerar que o país apresenta o menor custo de produção, o qual gira em torno de 0,22 dólar por litro de etanol, enquanto os Estados Unidos a partir do milho alcança 0,30 dólar e a União Européia 0,53 dólar, entretanto para alcançar tal marca temos intensa exploração da mão-de-obra, na apropriação da renda territorial da terra, no preço da terra os seus principais aspectos, e ainda uma avassaladora degradação ambiental.

Neste quesito, isto é, em relação à produtividade da cana-de-açúcar no Brasil, podemos apreender suas características principais a partir da análise do Quadro 2.

Conforme se apreende mediante a leitura do Quadro 2, a produtividade¹⁸ vem crescendo imensamente nas últimas três décadas, baseado na ampliação da área plantada/colhida de cana-de-açúcar no país e conseqüentemente no aumento da produção da matéria-prima expresso a partir da incorporação de novas áreas não tradicionalmente produtoras da matéria-prima em questão.

Do ponto de vista da espacialização da atividade canavieira, vale destacar a grande disparidade quanto à performance produtiva entre as regiões produtoras de cana-de-açúcar¹⁹ e também em relação à concentração e centralização de capitais.

Assim, se num primeiro momento, a região de Ribeirão Preto foi a maior beneficiária dos investimentos no setor, particularmente com o Proálcool (1975)²⁰, atualmente verifica-se nova tendência, em face da dinâmica do capital canavieiro. Denota-se, desta forma, grande volume de investimentos direcionados para as porções Oeste do Estado de São Paulo, assim como, para outros estados do País, sobretudo Minas Gerais (Triângulo Mineiro), norte do Paraná, sudoeste de Goiás, norte fluminense e, mais recentemente Mato Grosso do Sul, entre outros, oriundos, principalmente, da modernização tecnológica e produtiva das empresas e, de maneira particular, da própria expansão do agronegócio²¹.

¹⁷ Não podemos omitir o fato de que a produtividade está intimamente relacionada aos imperativos do complexo metabólico do capital, o qual envereda-se para garantir a reprodução do capital na esfera global. Sobre este assunto consultar Mészáros (2002).

¹⁸ Segundo Marx (1987, p. 702) “com a produtividade do trabalho aumenta a quantidade produzida em que se corporifica determinado valor e, portanto, dada magnitude de mais valia”.

¹⁹ Cf. THOMAZ JR., 2002.

²⁰ Trata-se do Programa Nacional do Álcool criado em novembro de 1975 através do Decreto 76.595. Devemos destacar o artigo “Entre Conceição e os Atallas” do economista Aloysio Biondi publicado originalmente na Revista Isto É no dia 21 de dezembro de 1977.

²¹ Especialmente da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do algodão, no Mato Grosso.

Quadro 2

Evolução da produtividade da cana-de-açúcar no Brasil

Safras	(milhões de hectares)		Produção Milhões de toneladas	Rendimento Toneladas/hectares
	Área plantada	Área colhida		
2006/07	7,04	6,19	457,98	74,05
2005/06	5,62	5,76	419,56	72,83
2004/05	5,57	5,63	416,26	73,88
2003/04	5,38	5,37	389,85	72,58
2002/03	5,21	5,10	363,72	71,31
2001/02	5,02	4,96	344,28	69,44
2000/01	4,82	4,82	325,33	67,51
1999/00	4,86	4,85	331,71	68,41
1998/99	5,00	4,97	338,97	68,18
1997/98	4,95	4,88	337,20	69,10
1996/97	4,90	4,83	325,93	67,52
1995/96	4,62	4,57	303,56	66,49
1994/95	4,36	4,34	292,07	67,23
1993/94	3,97	3,86	244,30	63,24
1992/93	4,20	4,20	271,43	64,61
1991/92	4,24	4,21	260,84	61,94
1990/91	4,29	4,27	262,60	61,49
1989/90	4,01	4,07	252,29	62,02
1988/89	4,15	4,12	258,45	62,78
1987/88	4,35	4,31	268,58	62,31
1986/87	3,95	3,95	238,49	60,44
1985/86	3,90	3,90	246,54	63,22
1984/85	3,86	3,86	241,39	62,55
1983/84	3,48	3,48	216,45	62,16
1982/83	3,08	3,08	186,38	60,47
1981/82	2,80	2,80	153,78	54,86
1980/81	2,61	2,61	146,23	56,09
1979/80	2,54	2,54	139,27	54,79
1978/79	2,39	2,39	129,06	54,04
1977/78	2,27	2,27	120,01	52,93
1976/77	2,08	2,08	102,77	49,43
1975/76	1,90	1,90	88,92	46,82

FONTE: IBGE (2007); ORG.: AZEVEDO, J.R.N. DE (2007).

Sabemos que tal configuração espacial, longe de ser resolvida, apresenta-se a partir de uma série de fatores determinantes entre os quais podemos destacar: a) a necessidade de estoque de terras para sustentar a expansão da atividade canavieira no país; b) preço da terra mais atrativo do que em estados tradicionalmente produtores de cana-de-açúcar; c) uma organização sindical frágil e ainda em consolidação no estado de Mato Grosso do Sul, em especial no caso da cana-de-açúcar²²; d) o interesse expresso por entidades públicas e privadas em sediar empreendimentos de natureza agroindustrial, tendo em vista a tão almejada industrialização do estado, etc.

Aliás, conforme Harvey (2005), o progresso da acumulação depende de três aspectos básicos: a) existência de um excedente de mão-de-obra; b) a existência no mercado de quantidades necessárias de meios de produção e, c) a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas. Neste sentido, em se tratando do capital, conforme já sinalizamos em outro momento deste ensaio, é fundamental a existência de possibilidades às quais permitem o domínio da situação, ou seja, o controle do território pelo capital, ou em

²² Esta colocação foi feita em entrevista realizada com dirigente sindical em Anaurilândia (MS), o qual apontou a dificuldade momentânea em lidar com a chegada das usinas no estado, suas implicações, bem como a necessidade de certo tempo para se familiarizarem com as suas demandas (março de 2007).

outras palavras, a subordinação do trabalho ao capital.

Assim, é preciso refletir sobre a expansão e consolidação dos negócios e atividades produtivas no âmbito da atividade agroindustrial canavieira tendo em vista a reprodução ampliada do capital e o redimensionamento de novos desafios para o trabalho e para a classe trabalhadora.

Ressalta-se neste contexto, o processo em curso de instalação de novas agroindústrias canavieiras no estado de Mato Grosso do Sul, assim como, os (re) arranjos promovidos para a materialização de ações que sustentam a hegemonia do capital canavieiro. Vejamos alguns aspectos do andamento deste projeto hegemônico do capital no Brasil.

CONCENTRANDO E CENTRALIZANDO E SEGUINDO A CANÇÃO!

Averigua-se um processo de concentração e centralização de capitais que se constitui após o processo de desregulamentação do setor canavieiro no Brasil, o qual deve ser compreendido, segundo Moraes (2000), como o afastamento do Estado do setor canavieiro²³, tendo por marco temporal a década de 1990, caracterizada justamente pela onda neoliberal que atinge duramente os países subdesenvolvidos.

Sobre este aspecto conforme entrevista com gerente agrícola da Energética Santa Helena de Nova Andradina em 03/08/2007, em relação a participação do Estado destaca que “hoje o mercado sucroalcooleiro passou de um período de dependência para outro de auto-dependência, em uma economia aberta. O governo não tem política sobre o preço, é de acordo com a oferta e procura. O setor não tem dependência com o Estado”.

Cabe aqui lembrar um importante aspecto apontado por Harvey (1992: p. 118), quanto às transformações político-econômica do capitalismo, ao refletir sobre a regulamentação e a intervenção do Estado²⁴:

É necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transportes e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infra-estruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado [...].

Vê-se, contudo que o Estado embora tenha propiciado maior abertura para ações de particulares, não saiu totalmente de cena, inclusive pelo fato de ser necessário para própria reprodução do capital atuando como lembra Harvey (1992) em momentos - e setores - estratégicos. De fato, o que se deu foi a abertura de novas condições para a produção de mercadorias, a partir da criação de meios que permitam uma maior margem de lucratividade aos grupos empresariais através, por exemplo, de investimentos em um conjunto de empreendimentos que visam facilitar o deslocamento de produtos de exportação tais como a cana-de-açúcar e a soja mediante o aprimoramento da logística²⁵ e das infra-estruturas existentes no país²⁶, sobretudo em estados competitivos e promissores para o agronegócio,

²³ Para Moraes (2000), não é interessante a saída da participação do Estado de forma completa do setor sucroalcooleiro, haja vista algumas das características dos mercados produtores e consumidores existentes.

²⁴ Segundo Dobb (1965, p. 37), “[...] os motivos que levam o Estado em qualquer época a promover intervenção na produção podem ser variados e complexos, como o podem ser as formas e objetos possíveis de intervenção”.

²⁵ Sobre este aspecto, conforme nos apontou o Secretário Adjunto de Estado, Sr. Wilson Gonçalves, em junho de 2007, estão sendo pleiteadas diversas ações com o objetivo de facilitar a circulação de mercadorias e serviços entre as quais: pavimentação da MS 040; duplicação/estadualização das BR's 163 e 267; implantação de terminais intermodais de transporte; implantação do poliduto MS-PR, etc.

²⁶ Sobre tais aspectos é válido destacar que uma saída para o deslocamento da produção é justamente via a “reativação de ferrovias”, hoje em sua maioria sucateada, o que de fato vem sendo discutido por algumas autoridades em Mato Grosso do Sul. Neste sentido, é válido destacar o trabalho de: SILVEIRA, M. R. **A importância geoeconômica das estradas de ferro no Brasil**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003 (TESE); o qual discute o desenvolvimento das ferrovias no Brasil, as suas particularidades, apogeu e crise, destacando o atual momento histórico, marcado pela sua concessão à iniciativa privada, pela formação de monopólios, etc., sendo que de maneira

nos quais o governo local está descomprometido com o desenvolvimento regional, ao passo que busca-se a industrialização enquanto solução para todos os problemas existentes, que por sua vez passam por questões sociais e políticas.

Neste contexto, proclama-se novos (re)arranjos na conjuntura setorial da atividade canavieira que sinalizam para o reordenamento territorial da cultura de cana-de-açúcar diante do desenvolvimento de estratégias políticas e econômicas para a condução da sua máquina organizacional.

Deste modo, o desafio, certamente, será compreender a tomada de posição do Governo Federal quanto ao futuro da atividade canavieira e seus rebatimentos para as relações de produção e de trabalho no conjunto do país.

Daí ser importante destacarmos atenções para o que tem se denominado como revitalização do Proálcool, ao passo que está diretamente ligado ao cunho intervencionista do Estado, associado, pois, à dependência do setor sucroalcooleiro de se amparar nas macro-estruturas de organização territorial e das políticas públicas de Estado. Aspectos estes que denotam o processo concentracionista marcante no decorrer da história do setor canavieiro.

A respeito deste fato Thomaz Jr. (2003, p.230) observa o seguinte:

Os empresários apresentam-se esperançosos em conseguir contar com o apoio do Estado para manterem os derivados da cana-de-açúcar na matriz energética, sendo que isso inclui a abertura do leque de opções tecnológicas e que sejam criadas e apoiadas iniciativas capazes de dinamizar os produtos já conhecidos e tidos como principais (açúcar e o álcool), como também os subprodutos (bagaço, álcoois finos, açúcares concentrados, açúcar orgânico, açúcar líquido, etc.), que através da sucro-alcoquímica possam ganhar referencial de escala e mercado.

Assim, ancorados nas preposições de Kon (1994, p. 48), entendemos que a “[...] concentração de capitais é explicado pelo crescimento dos capitais individuais, à medida que os meios sociais de produção e subsistência são transformados em propriedade privada capitalista” enquanto que a centralização do capital “resulta da luta da concorrência em busca do barateamento das mercadorias que, por sua vez, depende do aumento da escala de produção e da produtividade”.

Segundo matéria publicada pela revista Exame em 18 de junho de 2007, “desde a grande onda das privatizações, na década de 1990, o Brasil não registra um volume tão grande de investimentos estrangeiros diretos” sendo que segundo o Banco Central, somente no primeiro triênio de 2007, entrou no país um volume de recursos da ordem de 6,5 bilhões de dólares, o que pode ser entendido em parte pela incorporação de empresas do setor canavieiro via fusões e aquisições, ou seja, parcerias, operações de compra e ainda fundos de investimentos (consórcio de empresários), sequiosos em territorializar o seu dinheiro na produção de etanol no Brasil, e neste sentido, transformá-lo em capital apto a se reproduzir em escala ampliada, na medida em que, “o capitalista que produz a mais valia, isto é, que extrai diretamente dos trabalhadores trabalho não pago, materializando-o em mercadorias, é quem primeiro se apropria dessa mais valia” (MARX:1987, p.658), sendo que “quando ocorre de fato a acumulação, é porque o capitalista conseguiu vender a mercadoria produzida e reverter o dinheiro recebido em capital” (Ibidem).

Entre os fatores que estimulam o interesse de estrangeiros pelo setor encontram-se a elevação dos preços de açúcar e do álcool nos últimos anos, bem como o fato do contrato de açúcar ter crescido mais de 100% entre o início de 2005 e o de 2006, enquanto a demanda por álcool aumentou com a alta da cotação do petróleo²⁷.

Em se tratando de grupos estrangeiros em atuação no setor canavieiro no Brasil, os primeiros

inovadora traz algumas propostas para a crise, lembrando que é necessário um projeto nacional como outrora, e que a mudança da matriz dos transportes é uma condição para o desenvolvimento do país.

²⁷ Cf. matéria publicada na Folha de São Paulo em 24 de agosto de 2006, intitulada “Cresce fusão nos setores de álcool e açúcar”.

que buscaram ampliar os seus investimentos no país foram os franceses Tereos e Louis Dreyfus, em 2000, os quais conforme veremos adiante são detentores de duas unidades em Mato Grosso do Sul.

Segundo ainda a Revista Exame, no caso do setor canavieiro os estrangeiros que estão de olho nesse potencial de crescimento dividem-se em dois tipos: de um lado estão consórcios de empresários e fundos de investimento internacionais, interessados em aplicar recursos num negócio promissor, mas sem envolvimento direto na operação; de outro estão empresas que já atuam no setor canavieiro lá fora e *tradings* que participam ou querem participar mais ativamente do comércio internacional de álcool.

Segundo o Valor Online em matéria publicada em 18 de maio de 2007, intitulada “Investidos estrangeiro mostra os músculos” aponta que dentre os diversos grupos interessados em expandir seu potencial produtivo no Brasil, destaca-se como maior fundo para investimentos em etanol o Brasil Energy, o qual congrega sócios brasileiros e americanos interessados em participar de toda a cadeia da cana-de-açúcar, isto é, do plantio até a exportação da matéria-prima. Segundo a reportagem “administrado pelo ex-presidente da Petrobras Henri Phillip Reichstul, o fundo tem recursos de James Wolfenson, ex-presidente do Banco Mundial, Vinod Khosla, fundador da Sun Microsystems e Steve Case, criador da America Online”.

Além desses negócios chama atenção ainda os investimentos em curso em Mato Grosso do Sul, pelo megainvestidor internacional Georges Soros, o qual é o maior acionista da Adecoagro²⁸, que por sua vez investe algo em torno de 1 bilhão de dólares em unidades produtivas no país, tendo em vista a capacidade de produção de aproximadamente 900 milhões de litros de álcool em sua primeira safra.

Conforme a já citada matéria da Revista Exame estão interessados no mercado brasileiro de etanol, como por exemplo, “[...] o Pacific Ethanol, que tem como sócio o bilionário Bill Gates, fundador da Microsoft, o alemão Nordzucker Sudzucker²⁹, que atua no setor de açúcar na Europa, e a indiana BHL, dona de usinas em seu país”.

Semelhante contexto marca um conjunto de transformações no âmbito econômico das agroindústrias canavieiras as quais passam a integrar relações intrínsecas com o mercado financeiro o qual passa a ser um elemento definidor no seguimento produtivo ao passo que os investimentos não estão apenas no âmbito da produção em si, mas também no processo de circulação de capitais, ou seja, o circuito financeiro passa a ser a bola da vez no momento de se definir os rumos do capital. Como exemplo, desta conjuntura, temos hoje o grupo Cosan³⁰ o qual colocou no mercado financeiro um total de 100 milhões de ações revertendo os mesmos com êxito³¹.

Usando das palavras de Chesnais (2000), poderíamos apontar que o capital financeiro esta no comando das operações³². Logo, se considerarmos a política nacional vimos a existência de uma estreita relação entre “os interesses do país com o mercado” na medida em que segundo Soares (2004, p. 13), “[...] é preciso garantir a rentabilidade dos aplicadores financeiros que fizeram conosco investimentos altamente especulativos, com elevadíssimo risco, expresso nas altíssimas taxas de juros que nos cobraram para fornecerem os recursos”, ou seja, temos o atrelamento desde os governos passados de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique

²⁸ Vale ressaltar que além desta participação o empresário possui um fundo de investimento, denominado Quantum.

²⁹ Segundo matéria da revista Isto É de setembro de 2007 o referido grupo já atua no Brasil desde março de 2007 através de uma *trading*, aliás, o grupo que é o maior produtor de açúcar do mundo, com um universo de 42 usinas em atividade na Europa, fundou uma subsidiária no Brasil chamada Hosa (Hottlet South América) a fim de distribuir açúcar para consumidores fora da Europa, sendo a expectativa segundo a citada reportagem o investimento em aquisição de unidades produtivas no país.

³⁰ Trata-se do maior grupo individual do mundo na atividade canavieira, possui atualmente no Brasil 17 unidades produtoras de açúcar e de álcool e 2 terminais portuários em Santos/SP. Sua capacidade produtiva atinge a marca de 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, representando cerca de 12 % da produção total da porção centro-sul do país.

³¹ Cf. Isto É de setembro de 2007.

³² A este respeito podemos destacar amparados em Rangel (1993, p. 10), que “em nossos dias, assistimos ao surgimento de primeiros passos de capitalismo financeiro, que não exclui o advento a formas óbvias de planejamento, deixando para trás formas variadas de anarquia da produção”.

Cardoso um processo de adesão e incorporação ao neoliberalismo, que por sua vez é apreendido ainda no conteúdo das políticas do governo Luiz Inácio Lula da Silva, as quais não representam reformas estruturais e conformam-se no bojo do processo de destruição do estado nacional-desenvolvimentista.

Ou então, apropriando-se das proposições de Alves (1999, p. 07-08) que:

Sob a mundialização do capital, ocorre um deslocamento da base "material" e institucional do novo regime de acumulação que torna-se predominantemente financeiro, rentista e parasitário, centrado não mais no setor industrial, mas sim nos mercados financeiros que "dão o tom" ao regime de acumulação através do ritmo e da orientação que imprimem ao investimento, mas também à partilha das riquezas e do trabalho.

Tais aspectos levantados por Alves (1999), podem ser dimensionados ao atentarmos para algumas das aquisições ocorridas no país nos últimos anos (Quadro 3), a qual sinaliza para o crescente número de negócios em curso neste ramo da economia.

Quadro 3

Aquisições ocorridas na agroindústria canavieira de 1990 a 2007.

Empresa	Estado	Ano	Comprador
São Geraldo	SP	1997	Usina Santa Elisa
São Alexandre	SP	1997	Ipiranga
Usina Adelaide	SP	1998	Usina da Barra
Usina Iracema	SP	1999	Usina São Martinho
Usina Rafard	SP	2000	COSAN
Usina Santa Rosa	SP	2000	Usina da Pedra
Usina Benalco	SP	2000	Grupo José Pessoa
Usina Delta	MG	2000	Grupo Carlos Lyra
Usina Cresciumal	SP	2000	Coinbra/Dreyfus
Usina Luciânia	MG	-	Coinbra/Louis Dreyfus
São Carlos	SP	-	Coinbra/Louis Dreyfus
Destilaria Vale do Rio Turvo	SP	2000	Silveira de Barros
Alcoovale	MS	2001	Unialco
Usina Porbello	SC	2001	Glencore Ontl AG
Da Serra	SP	2001	COSAN
Usina Diamante	SP	2001	COSAN
Usina Alcomira	SP	2001	Márcio Pavan
Univalem	SP	2001	FDA Fr. Brasileira (Cosan, Tereo, Sucden)
Gasa	SP	2001	Cosan
Destivale (Destilaria Vale do Tietê)	SP		Cosan
Destilaria Água Limpa	SP	2001	Grupo Petribú
Usina Guarani	SP	2001	Eridania Beghin Say
Usina São José (Rio das Pedras)	SP	2001	Grupo Anicuns
Destilaria Alcídia	SP	2007	Odebrecht
Copernavi	MS	2005	Kidd & Company
Passatempo	MS	2007	Louis Dreyfus
Maracajú	MS	2007	Louis Dreyfus
Central Energética do Vale do Sapucaí (CEVASA)	SP	2006	Cargill
Vale do Rosário	SP	2007	Bunge
Usina Santa Olinda	MS	1996	José Pessoa
Usina Monte Alegre	MG	2005	Adecoagro

FONTE: Nascimento (2001); Jornal cana (vários números); Unica (vários números); Trabalhos de Campo (2007).
ORG.: AZEVEDO, J.R.N. DE (2007).

Através da leitura do Quadro 3 é possível perceber que a maioria dos compradores de usinas e destilarias no Brasil no período 1990-07 são capitais estrangeiros, com expressivo número de fundos e corporações que atuam em vários ramos produtivos, mas, sobretudo no âmbito da agropecuária, como é o caso, por exemplo, da Cargill, Bunge, Odebrecht, etc. Vê-se ainda que os principais alvos de tais capitais são aqueles localizados em São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, sendo justamente os que compõem a atual “rota do agronegócio canavieiro”.

Além das inúmeras aquisições no setor canavieiro no país temos visto ocorrer em ritmo crescente o número de fusões neste ramo econômico, o que se explica pela elevada demanda do produto no plano internacional com vista à substituição dos combustíveis fósseis, por exemplo, no caso de países como os Estados Unidos e de alguns da Europa que dependem em grande medida deste tipo de energia.

Portanto, é importante fortalecer o projeto nacional de desenvolvimento e buscar formas de independência do capital internacional ou pelo menos se manter soberano no processo de produção em questão, ao passo que, caso contrário, estaremos adotando e fortalecendo ainda mais uma política de puro “entreguismo” que, historicamente, vem se fazendo no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível observar neste contexto o fato de que o Brasil, como representante de países subdesenvolvidos, se apresentar atualmente do ponto de vista internacional a partir de um novo significado no que tange a divisão internacional do trabalho, isto é, figuram-se a partir da febre do etanol novos mercados em disputa e fundamentalmente averiguam-se novos e velhos atores em cena, os quais após destruir /consumir parte considerável de suas reservas naturais, a exemplo, das fontes de energia³³: carvão e petróleo, bem como, das riquezas naturais dos países que estavam na sua esfera de controle via política imperialista, vê nas potencialidades econômicas da cana-de-açúcar uma nova forma de garantir o progresso do desenvolvimento econômico a partir de uma velha forma de acumular capital, que já demonstrou outrora os seus efeitos maléficos.

Entretanto desta feita, a situação parece mais grave na medida em que o território em disputa não esta mais nas mãos de um único pretendente, mas na de várias potencias as quais não são necessariamente países como antigamente, mas grandes corporações que possuem imensurável peso nos rumos de países ainda hoje dependentes de políticas externas de financiamento e que apesar de sua expressão territorial e produtiva continua a buscar em outros rincões aquilo que poderia obter em seu próprio território.

Assim, continuamos amparados por um processo de dominação do capital e subordinação do trabalho que em pleno século XXI toma novas feições via de regra pela participação e aquisição de empresas nacionais e, que não são outra coisa, senão fruto da internacionalização do capital³⁴, que atinge campo e cidade, indústria e campo, e permite que o processo de produção do espaço seja desigual e contraditório às expensas das possibilidades ilimitadas de muitos países, entre eles o Brasil, de se conformar enquanto desenvolvidos plenamente.

Neste contexto, vimos que a ciência se faz a serviço do capital³⁵ na medida em que este utiliza-se daquela para o desenvolvimento das relações de produção e o incremento das forças produtivas, sendo que as técnicas seriam, pois usadas ainda como ideologia³⁶ ao passo que a maior parte das invenções técnicas visam impor técnicas de controle do comportamento, bem como, da própria modificação da personalidade dos indivíduos em um processo de alienação.

Acreditamos que o Brasil deva garantir a soberania em relação a questão energética ao passo que trata-se de um setor estratégico da economia, neste sentido, não deve vender

³³ Este aspecto é ressaltado em Marx e Engels (1977), visto que é condição fundamental para o desenvolvimento industrial dos países, sendo que apresenta importância central durante as “revoluções industriais”.

³⁴ Conforme DREFUSS (1997, p.133), “[...] no século XX a internacionalização foi sustentada pelo ímpeto de atores empresariais que marcaram presença não só como agentes centrais da produção, mas como atores políticos junto a suas contrapartidas mutuamente implicadas com o Estado funcionando como variável de ajuste da atuação empresarial”.

³⁵ Para mais detalhes consultar Braverman (1987).

³⁶ Alusão à Habermas (1994).

irrisoriamente o conjunto de saberes técnicos/tecnológicos as potências imperialistas atuais tal como temos observado através das fusões e incorporações de capitais na atividade canavieira, bem como, permitir que o território nacional seja dominado em sua totalidade pelos investimentos destes capitalistas que, em última instância, tem o compromisso de apreender os processos produtivos, tecnológicos, etc., explorar a mão-de-obra, a terra e demais forças produtivas para o pleno desenvolvimento da suas relações de produção e, fundamentalmente garantir, o processo de acumulação de capitais no atual estágio de desenvolvimento capitalista de cunho financeiro.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. **Trabalho e mundialização do capital**. São Paulo: Práxis, 1999.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- AZEVEDO, J. R. N. Expansão da agroindústria canavieira no Mato Grosso do Sul. (Mestrado em Geografia). Dourados, Universidade Federal da Grande Dourados, 2008.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. São Paulo: Zahar Editores, 1987.
- CHESNAIS, F. Mundialização: O capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, Campinas, n. 5, 2000. p.07-28.
- COUTINHO, L. A terceira revolução industrial e tecnológica: As grandes tendências de mudança. **Economia e sociedade**. Campinas, n. 1, 1992. p.69-88.
- DOBB, M. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1965.
- DREIFUSS, R. A. **Época das perplexidades**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Edições 70, 1994.
- HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. Transformação político-econômica do capitalismo. In.: **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992. p.115-176
- KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Guanabara: Editora Laemmert, 1968.
- KON, A. Concentração e centralização do capital. **Economia industrial**. São Paulo: Nobel, 1994.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Revista Outubro**, Campinas, n. 1, 2006. p.73-80.
- MAMIGONIAN, A. O processo de industrialização em São Paulo. **Boletim Paulista de Geografia**, n.50, 1976. p.83-101.
- MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro primeiro. O processo de produção do capital. Vol. II. Bertrand Brasil/DIFEL: São Paulo, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Textos**. São Paulo. Edições Sociais. 1977.
- MÉZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, M. A. F. D. **A desregulamentação do setor sucroalcooleiro do Brasil**. Americana, SP: Caminho Editorial, 2000.
- MOREIRA, R. **Inovações tecnológicas e novas formas de gestão do trabalho**. (Trabalho e tecnologia). CNM/CUT, 1998. p.116-130.
- NASCIMENTO, C. A. O. **Concentração e centralização de capitais na agroindústria brasileira na década de 1990: O caso do setor sucroalcooleiro**. UFSCAR, São Carlos, 2001.
- NIVEAU, M. **História dos fatos econômicos contemporâneos**. DIFEL: São Paulo, 1969.
- PEREIRA, L. C. B. Origens étnicas dos dirigentes das empresas paulistas. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, 13 (1), 1973. p.57-66.
- PEREIRA, R. M. F. do A. A gênese da formação social brasileira. In.: Manuel Correia de

- Andrade et al.. (Orgs.). **O mundo que o Português criou**. Recife: CNPq/FJN, 1998.
- PRADO JÚNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- RANGEL, I. 500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil. **Revista Geosul**, n. 15. Florianópolis: UFSC, 1993. p. 07-12.
- RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. In.: **Obras reunidas**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 655-712.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.
- SOARES, P. de T. P. L. O pólo dominante de um governo contraditório. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, n.14, 2004. p.71-88.
- THOMAZ JR., A. **Por Trás dos Canaviais, os Nós da Cana**. São Paulo/FAPESP, 2002.
- THOMAZ JR., A. O novo ambiente institucional na agroindústria canavieira paulista e a luta pela terra. Uma peleja para a classe trabalhadora. In.: MORETTI, E.C.; CALIXTO, M.J.M. S. (Orgs.). **Geografia e produção regional: Sociedade e ambiente**. UFMS: 2003. p.215-253.
- THOMAZ JR., A. Reestruturação Produtiva do Capital no Campo, no Século XXI, e os Desafios para o Trabalho. **Pegada, Presidente Prudente**, v.5, n° 1 e 2, 2004.
- WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.